

RASPADINHA DO CRIME

POLÍCIA CIVIL DESARTICULA REDE CRIMINOSA QUE MOVIMENTAVA MILHÕES EM JOGOS ILEGAIS

REDE ORGANIZADA operava um falso empreendimento de raspadinhas instantâneas instalado em diversas cidades do estado

ASSESSORIA /
POLÍCIA CIVIL-MT

A Polícia Civil de Mato Grosso cumpriu nesta terça-feira, 14 de outubro, 111 ordens judiciais na Operação Raspadinha do Crime, com foco na desarticulação de um esquema de exploração ilícita de jogos de azar promovido por uma facção criminosa em mais de 20 cidades do estado.

As investigações, conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado e Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (GCCO/Draco), em conjunto com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), desvendaram uma estrutura criminosa complexa, responsável por um esquema milionário de exploração de jogos ilegais usados para alimentar financeiramente uma facção que atua dentro e fora dos presídios.



FOTO: DIVULGAÇÃO

para lavagem de dinheiro e financiamento das atividades da facção, que buscava novas fontes de arrecadação paralelas ao tráfico e à extorsão.

A estrutura da empresa era dividida em três níveis operacionais. No topo, o núcleo estratégico, sediado na Capital, era responsável por coordenar as ações financeiras e definir as diretrizes da operação. Abaixo, o núcleo financeiro gerenciava contas bancárias de fachada, movimentando grandes quantias e distribuindo recursos a diferentes regiões do estado.

A rede criminosa conseguiu se espalhar por mais de vinte cidades de Mato Grosso, com núcleo operacional, composto por representantes locais, que distribuíam os bilhetes, recolhiam os valores e controlavam a contabilidade das vendas. Todo o sistema era estruturado para manter o anonimato da facção e mascarar a origem do dinheiro.

FORAM CUMPRIDAS 111 ORDENS JUDICIAIS

Foram cumpridos na operação 21 mandados de prisão preventiva, 54 de busca e apreensão, 11 ordens de bloqueios e 25 ordens de quebra de sigilo bancários e telemáticos e sequestro de valores que ultrapassam R\$1,1 milhão, expedidos pelo juiz Anderson Clayton Dias Batista, da 5ª Vara Crimi-

nal de Sinop.

A investigação teve início a partir da análise do material apreendido durante uma operação deflagrada em maio deste ano, que revelou a existência de uma rede organizada que operava um falso empreendimento de raspadinhas instantâneas. Em apenas seis meses,

a facção criminosa teria movimentado mais de R\$ 3 milhões por meio do esquema de jogos de azar.

Por trás da aparência de legalidade, foi descoberta uma verdadeira estrutura criminosa com planejamento empresarial, hierarquia e funções bem definidas. O jogo era utilizado como fachada

EXPLORAÇÃO ILÍCITA

Mulher é presa em Tangará da Serra durante Operação Raspadinha do Crime

DURANTE A AÇÃO EM TANGARÁ, os policiais encontraram R\$ 750 em espécie e realizaram a apreensão do celular da investigada

REDAÇÃO DS

A Polícia Civil de Mato Grosso cumpriu 111 ordens judiciais durante a Operação Raspadinha do Crime, que tem como foco desarticular um esquema de exploração ilícita de jogos de azar promovido por uma facção criminosa em mais de 20 cidades do estado.

Em Tangará da Serra, uma mulher foi presa e teve materiais apreendidos durante o cumprimento dos mandados. De acordo com o delegado Ivan Albuquerque, a operação teve início após denúncias de que comerciantes estavam sendo coagidos a comprar raspadinhas ilegais.

“CONSEGUIMOS COMPROVAR QUE ELAS ESTAVAM VENDENDO ESSAS RASPADINHAS

“Vários faccionados estavam vendendo essas raspadinhas a comerciantes, e aquele que se recusava a adquirir essas raspadinhas, que não possuíam autorização da



FOTO: DIVULGAÇÃO

Caixa Econômica Federal, estavam sendo ameaçados, coagidos a comprá-las. Em virtude dessa coação, foi deflagrada essa operação hoje em vários municípios do

nosso estado de Mato Grosso”, explicou o delegado.

Durante a ação em Tangará, os policiais encontraram R\$ 750 em espécie e realizaram a apreensão de materiais

e do celular da investigada. “Ela negou, disse apenas que a filha dela estava guardando o material. Com autorização judicial, procedemos à averiguação no celular da suspeita e conseguimos comprovar que elas estavam vendendo essas raspadinhas e fazendo propaganda delas. Elas revendiam, e quando alguém ganhava um prêmio, ligava para um faccionado que transferia o dinheiro e efetuava o pagamento via Pix”, detalhou Ivan Albuquerque.

Segundo o delegado, a facção operava com alto nível de organização, utilizando grupos de WhatsApp, como o chamado Raspadinha Brasil, para negociar e distribuir o material.